

Orçamento da União para Ufrgs é o menor em 20 anos

Recurso destinado para manutenção e funcionamento da Universidade tem sido insuficiente, afirma reitoria

/ EDUCAÇÃO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Os recursos destinados pelo Tesouro Nacional ao custeio e aos investimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) atingiram, em 2026, o menor patamar das últimas duas décadas quando considerados os valores corrigidos pela inflação. A conclusão é de um estudo elaborado pelo professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da instituição, André Cunha, que aponta uma redução de 36% em relação ao orçamento do ano passado e alerta para os impactos sobre o funcionamento cotidiano da universidade.

Segundo o levantamento, o orçamento de custeio e capital (OCC) da Ufrgs soma R\$ 216 milhões em 2026, frente aos R\$ 338 milhões empenhados em 2025. Diferentemente da folha de pagamento dos servidores, esses recursos financiam despesas como manutenção predial, limpeza, energia elétrica, contratos terceirizados, equipamentos, laboratórios, assistência estudantil e pequenas obras.

“O orçamento de pessoal continua sendo pago normalmente. O problema está justamente no orçamento discricionário, que é

o que mantém a universidade funcionando no dia a dia”, explica Cunha.

A reitoria também considera insuficientes os recursos disponíveis. E, segundo o vice-reitor, Pedro Costa, a universidade vem alertando o Ministério da Educação e a comunidade acadêmica sobre a situação desde o início da atual gestão.

“Somando a arrecadação própria, temos aproximadamente R\$ 242 milhões para manter toda a estrutura da universidade. É desse recurso que saem despesas como energia elétrica, contratos terceirizados, bolsas estudantis, manutenção predial, reformas, compras e assinaturas de bases de dados”, afirma.

O estudo utilizou dados públicos do Painel do Orçamento Federal, considerando apenas recursos do Tesouro destinados ao custeio e aos investimentos e corrigindo os valores pela inflação. Conforme o pesquisador, a análise não inclui receitas próprias obtidas pela universidade por meio de projetos de pesquisa e extensão.

Questionado, Costa diz que o diagnóstico apresentado pelo levantamento é compatível com outras análises sobre o financiamento das universidades federais. “Há um crescimento importante do orçamento até 2014, seguido de uma queda bastante

acentuada nos anos posteriores. Mesmo corrigindo os valores pelo IPCA, essa redução aparece de forma clara”, relata.

O diagnóstico mostra que a redução ocorre em um momento de expansão das atividades das universidades federais. Nas últimas duas décadas, o número de estudantes passou de aproximadamente 500 mil para 1,3 milhão em todo o País, enquanto os recursos destinados ao custeio cresceram em ritmo inferior.

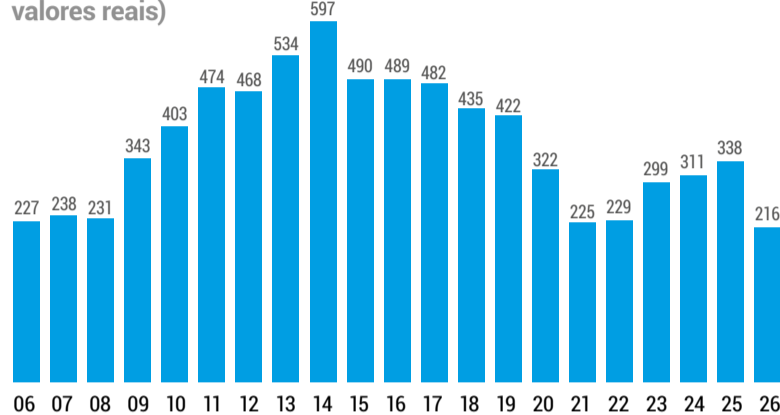
“O sistema ampliou significativamente o número de alunos, mas os recursos para manter essa estrutura não acompanharam esse crescimento. Quando corrigimos pela inflação, o orçamento por estudante caiu cerca de 30% em relação ao início dos anos 2000”, destaca Cunha.

Ao mesmo tempo, segundo o vice-reitor, a expansão da própria Ufrgs ampliou a pressão sobre as contas da instituição. “Hoje temos mais estudantes, mais professores, mais técnicos e uma estrutura muito maior, mas sem um crescimento equivalente do orçamento. Essa pressão é real e bastante concreta”.

Na avaliação do economista, a restrição orçamentária tende a aparecer primeiro na manutenção da infraestrutura universitária. Pequenas reformas, reposição de equipamentos, climatização,

OCC (Orçamento de Custeio e Capital) da Ufrgs em valores reais

OCC (R\$ milhões, valores reais)



manutenção de laboratórios e contratos de terceirização passam a enfrentar maiores dificuldades.

Como exemplo, ele cita situações já vividas dentro da própria universidade. “No ano passado, em algumas salas faltavam lâmpadas para reposição. Era preciso retirar lâmpadas de uma sala para colocar em outra. Parece algo simples, mas mostra como essas restrições chegam ao cotidiano da universidade”, conta.

Pedro Costa afirma que a principal pressão hoje está sobre os contratos terceirizados. Segundo ele, cerca de 45% do orçamento discricionário da Ufrgs já é destinado a esses contratos, que têm reajustes superiores à inflação. “Hoje, temos cerca de 1,3

mil trabalhadores terceirizados. Há prédios em que mantemos apenas uma entrada aberta porque não há recursos para ampliar os postos de vigilância e portaria”, relata.

Além da infraestrutura, Cunha destaca que estudantes em situação de vulnerabilidade podem ser diretamente afetados, já que parte desses recursos financia bolsas, restaurantes universitários, moradia estudantil e outras políticas de permanência.

O vice-reitor afirma que, até o momento, a universidade conseguiu preservar as políticas de assistência estudantil, mas faz um alerta: “Se esse cenário persistir, será necessário replanejar essas políticas nos próximos anos”.

Censo Escolar 2025 apresenta melhora na aprovação do Ensino Médio do Estado

Jamil Aiquel
jamil@jcrs.com.br

Em evento realizado na tarde de ontem, no Salão Alberto Pasqualini do Palácio Piratini, o governo do Rio Grande do Sul apresentou os resultados recentes da rede estadual de ensino e os dados referentes ao Censo Escolar 2025. A coletiva de imprensa contou com a presença da secretária da Educação (Seduc), Raquel Teixeira, e do secretário de Estado de Comunicação, Caio Tomazeli. Durante a apresentação foram exibidos os indicadores educacionais recentes e a reestruturação gerencial da pasta.

Os secretários detalharam a criação de novos departamentos no organograma da Seduc, como o Centro de Educação Baseado em Evidências, o Núcleo de Cuidado e Bem-Estar Escolar e o Centro de Desenvolvimento dos Pro-

fissionais da Educação. Segundo a secretária, as mudanças buscaram criar uma unidade de gestão institucional. “O grande desafio que eu tinha como gestora era primeiro criar um sentimento de rede, uma coesão sistêmica, uma coesão para a partir da gestão você definir as políticas públicas, porque uma política pública se avalia pelo resultado e não pela intenção”, afirmou a secretária.

Os dados do Censo Escolar 2025 apresentados durante o evento indicam alterações nos índices de rendimento no Ensino Médio em comparação ao ano de 2019. A taxa de aprovação na rede estadual passou de 76,5% para 91,5%. Simultaneamente, o índice de reprovação recuou de 17,2% para 5,8%, e a taxa de abandono escolar caiu de 6,3% para 2,7%.

Outro ponto destacado foi a expansão do modelo de Ensino

Médio em Tempo Integral: o número de unidades com essa oferta saltou de 18 escolas, em 2019, para 432 escolas em 2025. Na pauta da equidade, os dados reportaram uma redução de 39% na desigualdade de aprendizagem entre alunos brancos e negros, atribuída ao modelo de escola antirracista adotado pela rede.

Para combater a evasão, foi detalhada a Política de Proteção à Trajetória do Estudante. O programa utiliza inteligência artificial como um preditor de abandono, gerando alertas e planos de ação individualizados para alunos infrequentes. Também foi citada a regulamentação da “Progressão Parcial”, que permite ao estudante com reprovação em até dois componentes curriculares avançar de ano enquanto cursa a dependência dessas matérias.

Além disso, Raquel destacou a importância de programas de

transferência de renda, como o Todo Jovem na Escola, que repassa bolsas mensais de R\$ 150,00 aos estudantes, e o programa Pé no Futuro, focado na compra de uniformes e calçados.

“O melhor que a gente faz é garantir que o aluno permaneça, aprenda e continue na escola. O custo social do abandono é imenso. Eu diria que é difícil até de medir porque ele é sequencial. Ele começa ali e ele continua o resto da vida. O abandono da escola é uma bifurcação. O caminho fora da escola, todos nós sabemos que vai ser um caminho muito difícil para sempre. Então, por isso vale todo o esforço para que os estudantes, as crianças e as famílias continuem pertencendo ao ecossistema da escola”, destaca.

Na área da tecnologia, a Seduc informou a aquisição de 291 mil Chromebooks, alcançando a marca de um aparelho para cada

três estudantes, além de 650 escolas já conectadas com Wi-Fi de alta performance. Como forma de engajamento, a gestão destacou o pagamento inédito de um 14º salário a escolas que bateram metas de aprendizagem e a distribuição de bônus financeiros atrelados à participação em exames como SAEB e SAERS.

Por fim, o governo apresentou a “Agenda da Educação 2025-2035”, um documento com metas de longo prazo visando alavancar a qualidade de ensino e reduzir desigualdades. Enfatizando a necessidade de evitar rupturas em políticas públicas, Raquel concluiu: “A consolidação de uma política é garantida pela continuidade. A maior adversária da política educacional é a falta de continuidade. Não se resolvem problemas complexos com uma solução simples. E a educação é complexa”.